

Sarney procura apoio em outros partidos

O líder Sant'Anna recebeu a missão do presidente e procura encontrar no PTB, no PL e no PCB a sustentação que às vezes lhe falta no PMDB. O PFL também será ouvido.

O presidente Sarney está disposto a lançar mão de tudo para impedir o desmoronamento da Aliança Democrática — até buscar aliados em outros partidos. Para garantir de qualquer forma o bloco majoritário, sólido e fiel no Congresso, Sarney já distribuiu tarefas. A seu líder na Câmara, Carlos Sant'Anna, ele confiou ontem a missão de conversar com o PTB, PL e PCB; e outras lideranças receberam incumbências a partir das articulações do próprio presidente. Sant'Anna, contudo, não revelou se o Planalto acena com algum benefício aos pequenos partidos em troca de apoio, embora não desconheça que o PTB esteja de olho num cargo ministerial.

A prioridade, no entanto, é fortalecer a Aliança Democrática — uma tarefa difícil, na opinião do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia. "Mas todo o esforço que assegure a transição em clima de tranquilidade será bem-vindo", observou ontem o ministro, ao comentar o empenho do presidente. Como essa empreitada não é das mais fáceis, não têm faltado receitas. A do ministro Paulo Brossard, da Justiça, é de que o fortalecimento deve ser defendido durante os trabalhos da Constituinte, e não limitar-se apenas às questões do Congresso.

"As ameaças de rompimento que partem tanto do PMDB como do PFL surgem daqueles que não pensam no futuro, mas apenas no momento presente", atacou Brossard, ontem, logo que saiu de uma audiência com Sarney. Brossard condena as declarações de peemedebistas que pregam o fim da Aliança e pedem que alguns ministros deixem seus cargos. "O governo Sarney se orienta por um pacto lavrado que ensejou a formação de uma frente de compromissos determinados — e um dos signatários desse pacto foi o PMDB."

Rompimento

O senador Afonso Camargo (PMDB-PR), que há dias alertava para a possibilidade do rompimento de seu partido com o governo, decidiu ontem abrandar suas declarações. "A tendência existe, mas não é para ser examinada na reunião de hoje da Executiva Nacional", esclareceu. E acrescentou que o novo programa de reajustamento econômico anunciado por Sarney deve ser examinado pelo partido. "Caso ele não corresponda ao programa do PMDB, a hipótese de rompimento deve ser considerada".

Camargo reconhece que, em função de suas críticas, já não é mais interlocutor do governo. Mas não se preocupa com isso: "Problemas de relacionamento são nor-



Sarney incumbiu Sant'Anna de falar com os pequenos partidos, para conseguir mais apoio, que Aureliano e Camargo acham difícil.

mais numa democracia e acontecem também com o PFL". Tanto o PMDB como o PFL, na opinião do senador, devem opinar sobre o novo plano do governo: "Não podemos ficar como avestruzes sem alertar quando houver problemas". Camargo acredita que a questão não é a reforma ministerial, "mas o aspecto programático da ação governamental".

Não importa qual seja a questão. A verdade é que PFL e PMDB estão conscientes de que a Aliança se enfraqueceu e corre o risco de se romper definitivamente. Na tentativa de garantir os seus assentos, o líder dos frentistas, deputado José Lourenço, e o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiram manter encontros para reavaliar os compromissos.

Lourenço defende que, entre esses compromissos, é necessário agora incluir uma definição sobre a duração do mandato de Sarney. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, sabe que qualquer discussão sobre a questão será muito difícil. Mas acredita num acordo com o PFL para assegurar o mandato de seis anos. Sant'Anna disse que um estudo preparado pelo Gabinete Civil conclui pela inviabilidade do texto constitucional em vigor, que garante mais quatro anos para Sarney.

Além disso, Sant'Anna pondera que é "inoportuna" a redução do mandato. "Se decidíssemos pela redução, teríamos de alterar também os mandatos dos governadores", constatou. "A única saída é um acordo com os partidos da Aliança antes que o assunto chegue à pauta da Constituinte".

Pressões

Embora esse entendimento esteja diretamente relacionado com a boa vontade do PMDB e do PFL, o líder dos frentistas, José Lourenço,

avisa: "Se no trabalho nas comissões da Constituinte o PMDB tentar inviabilizar o desempenho do PFL, vamos pegar nosso chapéu e ir embora". Mas Lourenço acredita que a situação não chegará a esse ponto: "Já conversei com Mário Covas (líder do PMDB na Constituinte) e tudo indica que poderemos chegar a um acordo".

E quanto à pressão de grupos dentro do PFL que defendem um rompimento imediato com o PMDB, Lourenço garante que não representam o pensamento da maioria. "Não cabe agora discutir se o PMDB e o PFL estão insatisfeitos com o governo. Devemos discutir, sim, os graves problemas do País", alertou. "Vou fazer uma avaliação com Ulysses para ver o que juntos, de mãos dadas, poderemos fazer para vencer as dificuldades que causam tanta apreensão em todo o País".

No PMDB, essa discussão mereceu comentários ontem da maioria dos constituintes. "Se o PMDB romper, unido, com o governo, o inviabiliza politicamente", previu o senador Fernando Henrique Cardoso. "Tirar o apoio ao governo Sarney importaria em cortar a árvore sobre a qual estamos apoiados", concordou Cid Carvalho (PMDB-MA). Em geral, os peemedebistas acham que o partido, que deve seu êxito eleitoral ao Plano Cruzado, não pode agora abandonar o presidente. "Isso poderia ameaçar a própria estabilidade política do País", comentaram alguns.

Segundo avaliação de Otávio Elisio (PMDB-MG), os favoráveis ao rompimento são, no máximo, 10%. O senador Leopoldo Perez (PMDB-AM) avalia esses descontentes em 20% — "descontentamento de ordem regional que se espalha para o plano federal". Segundo Perez, no Amazonas não há quem queira o rompimento com o governo: "Seria uma tolice enfiar um homem na Amazônia".

A culpa de tudo, na opinião do senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), é da própria Executiva Nacional de seu partido, que ele critica por não cumprir com os compromissos assumidos na campanha. Teotônio Filho entende que uma reunião urgente com Sarney deve ser convocada, para definir as linhas gerais de atuação: "O PMDB não está no poder, e sim apenas alguns peemedebistas". Para Teotônio, a receita é simples. Sarney deveria chamar os dirigentes do partido e com eles traçar os projetos de governo para então colocá-los em prática junto com os ministros: "O PMDB não é ouvido porque não quer. Não tem que pedir licença ao presidente. Deve ir até ele e exigir".

Um programa mínimo de governo. (Ele vem de antigas propostas do próprio PMDB.)



Ulysses

O discurso Travessia, de Ulysses Guimarães, pronunciado na tribuna da Câmara no dia 24 de agosto de 1983, apresentando as "alternativas institucionais, econômicas e sociais" do PMDB, está sendo revisto e atualizado, juntamente com outros documentos do partido, para a elaboração de uma proposta de programa mínimo de governo. A moratória estava prevista. O novo documento deverá ser encaminhado ao presidente Sarney como colaboração do PMDB para solucionar a crise sócio-econômica interna e suas consequências externas.

Há dias, parlamentares de diversas facções internas estão se reunindo-se para discutir a crise interna e a crise externa. Uma amostra da disposição do PMDB de colaborar e reafirmar seu apoio ao governo deverá ser divulgada hoje, pela Comissão Executiva Nacional do partido. Ontem à noite, em sua residência oficial, Ulysses Guimarães discutiu os termos do documento com vários parlamentares.

Os deputados João Hermann, Domingos Leonelli, Euclides Scalco, Virgílio Senna, Pimenta da Veiga, Egídio Ferreira Lima, entre outros, além de alguns senadores, estão participando das conversas, dentro do plano de preparar um programa mínimo de governo, baseado nas propostas partidárias.

No discurso Travessia, Ulysses Guimarães mencionou alternativas, algumas das quais já atendi-

efetivamente reprodutivos e auto-liquidáveis; reforma fiscal, com o duplo objetivo de modificar a distribuição da carga tributária em benefício dos grupos de rendas mais baixas e aumentar a participação dos Estados e municípios na receita fiscal; reforma do sistema monetário-financeiro; redução gradativa e seletiva dos subsídios em função da modificação dos preços relativos e da ativação da política de câmbio.

No discurso, o PMDB pregou "a eliminação da tutela do FMI" como condição necessária para que o País pudesse "reorganizar o serviço da dívida contraída com bancos privados internacionais".

A certa altura, disse Ulysses Guimarães: "O dever do governo é defender os interesses do País. Em nome deles, deve ser decretada a moratória. Devemos suspender o serviço da dívida e a amortização do principal pelo prazo de três anos".

Com relação à dívida interna, o PMDB sugeriu, no discurso de 1983, o saneamento do sistema financeiro. Para o PMDB, o Banco Central deveria assumir o total controle da criação de liquidez.

O título do pronunciamento foi inspirado em Guimarães Rosa — Grande Sertão-Veredas —, do seguinte trecho: "Digo: o real não está na saída e nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia".



Luiz Henrique e Funaro

Mas o partido ainda está com Funaro

A Comissão Executiva Nacional do PMDB deverá divulgar, hoje, após sua reunião, documento reafirmando integral apoio ao presidente Sarney e ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, nas negociações da dívida externa, incluindo a declaração de moratória no pagamento dos encargos da dívida. O documento abordará ainda a crise sócio-econômica interna, com a reafirmação de que o governo não pode voltar ao FMI por não aceitar a política de recessão, do desemprego e do arrocho salarial. O PMDB deverá, também, manifestar apoio às medidas oficiais para conter a alta dos juros.

Na mesma reunião, marcada para hoje, a partir das 10 horas, o 3º vice-presidente do partido, senador Afonso Camargo (PR), pretende sugerir uma definição: ou o PMDB apoia o governo integralmente ou volta às ruas voltando a ser oposição. "O que não pode mais é o PMDB ser meio-governo e meio-oposição" — disse o ex-ministro dos Transportes.

Já o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, explicou que a Executiva vai referendar a decisão "corajosa e necessária" do governo de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, além de apoiar o

ministro Funaro. Na ocasião, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, apresentará a proposta de apoio formal do partido a Funaro, com o objetivo de deixar claro que existe respaldo à política do governo pela forma como o ministro está conduzindo as negociações.

Articulações

Segundo Luiz Henrique, o PMDB precisa reagir às articulações interna e externa no sentido de desestabilizar Funaro, pois essa atitude pode ser traduzida como o enfraquecimento da posição brasileira diante da questão da dívida externa. Ele disse também que, no plano interno, essas forças são as que deixaram o governo com a instabilidade da Nova República e, no externo, "as mesmas forças que levaram o País à esta situação calamitosa".

Luiz Henrique confirmou, ainda, que o ministro Dílson Funaro vai estar com a bancada do PMDB na Câmara nesta quinta-feira, a partir das 9 horas, no auditório Petrólio Portella, no Senado, para dar explicações sobre a nova política econômica, que está sendo elaborada com o auxílio de uma comissão de economistas do partido e será submetida ao Congresso Nacional. Também deverá constar da

pauta da Executiva uma sugestão do secretário geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), para que o partido promova estudos sobre a duração do mandato presidencial — de Sarney e do seu sucessor.

Em entrevista, ontem, o presidente Ulysses Guimarães anunciou que será criada uma comissão do PMDB para examinar o endividamento dos Estados com o governo federal. "Este é um problema muito grave. Precisamos criar uma ponte entre o governo federal e os governos estaduais", frisou, acrescentando que a comissão vai atender pedidos dos 23 governadores do PMDB, que estão encontrando dificuldades nas negociações das dívidas que receberam nos seus respectivos Estados.

O PMDB, ainda hoje, deverá dinamizar seus departamentos feminino, da juventude e do trabalhador que, a rigor, nunca funcionaram.

Não há informações, porém, de que a direção nacional examinaria, também, o problema do afastamento de Pedro Simon e Miguel Arraes da 1ª e da 2ª vice-presidências. Pela legislação partidária, como governadores (Rio Grande do Sul e Pernambuco), eles não podem exercer mandato em comissões executivas partidárias.



Comissões: Covas e Lourenço fazem acordo...

...depois sorriem.

COMISSÕES

Covas divulga os indicados. E concorda: as presidências são do PFL.

A primeira fase para a formação das oito comissões constitucionais temáticas e a de sistematização foi vencida ontem com a indicação, pelos partidos, dos membros efetivos e suplentes, faltando, agora, apenas a formação das 24 subcomissões e a escolha dos presidentes, vice-presidentes e relatores. Nesta segunda fase, que promete ser bastante polêmica, o PFL já se adiantou e conseguiu garantir a indicação dos presidentes das comissões.

O líder pedelista da Câmara, José Lourenço, comunicou ao líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que seu partido abria mão de indicar todos os relatores a quem tem direito, mas queria ficar com as presidências. Constatando que apenas o PDS tem direito a uma vaga de presidente, Covas acabou cedendo ao PFL, embora ainda não saiba os motivos que estão por trás dessa solicitação.

É certo, porém, que numa divisão de oito comissões temáticas, com 63 membros cada, e a de sistematização, com apenas 49, sempre haverá descontentes, e essas queixas começarão a ser ouvidas hoje quando, oficialmente, os 559 constituintes tomarem conhecimento das comissões para as quais foram indicados.

O descontentamento vai atingir também os líderes dos pequenos partidos, sempre afastados das melhores posições. O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, por exemplo, queixou-se ontem, na tribuna, da "ditadura do PMDB", afirmando que não a aceitará. Ele disse que passou "72 horas", no fim de semana, tentando, em vão, localizar o líder Mário Covas, para tratar

da questão da composição das comissões constitucionais e desabafou: "Desse jeito não vamos fazer nenhuma indicação".

Conservadorismo

Chamou a atenção de vários parlamentares o fato de a composição da comissão de ordem econômica, mesmo dentro do PMDB, ser conservadora, sem falar do PFL. Estão lá, pelo PMDB, por exemplo o senador Albano Franco; o empresário Sérgio Naya; os deputados Gustavo de Faria (RJ) e Cardoso Alves (SP), que chegaram ao Congresso Nacional com a fama de terem sido apoiados pela UDR, além de Jorge Leite, Irapuá Costa Júnior e sua esposa, a deputada Lúcia Vânia.

No PFL, na mesma comissão, estão o ex-ministro Alysson Paulinelli; o ex-prefeito de Recife, Joaquim Francisco; o empresário pernambucano Gilson Machado; o deputado Rubem Medina e o senador Edison Lobão. Os dois ex-ministros do Planejamento, Roberto Campos e Delfim Netto, representarão o PDS na comissão de ordem econômica.

O deputado Fernando Gasparian, do PMDB paulista, foi um dos primeiros a criticar a composição da comissão, observando que a maioria dos indicados são conservadores e não estão identificados com os anseios por mudanças e transformações. Com base na composição da comissão, Gasparian admitiu a possibilidade de o deputado Cardoso Alves, conservador, ser indicado para relatar o tema, afastando o senador Severo Gomes.

Na comissão de sistematização estão, pelo PMDB, os líderes Mário

Covas, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Sant'Anna, além de Bernardo Cabral, Alfredo Campos, Fernando Lyra, Néelson Jobim, Pimenta da Veiga, Néelson Carneiro, Milton Reis e Francisco Pinto, entre outros. Pelo PFL, o ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, Inocêncio Oliveira, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, Carlos Chiarelli e Afonso Arinos. Pelo PDS, Gérson Peres, Antônio Carlos Konder Reis e Virgílio Távora.

Os pequenos partidos serão representados apenas pelos seus líderes: Gastone Righi (PTB), Roberto Freire (PCB), Haroldo Lima (PC do B), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Adolfo de Oliveira (PL) e o único representante do PMB, o senador Antônio Farias.

Reforma agrária

Vinte parlamentares, que estiveram reunidos, ontem em Brasília com líderes rurais na sede da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura —, defenderam "uma intensa mobilização popular para tentar neutralizar as correntes conservadoras que vão atuar contra os interesses da reforma agrária na Constituinte".

CLÍNICA DE OLHOS PROF. B. DE PAULA SANTOS
CRM 4.368

Operações e tratamentos, em especial de estrabismo
Técnica de ortópticos. Consulta com hora marcada
Rua Marquês de Itá, 58. Telefone 255-0001